

PDT entra com ação contra pagamento

O PDT entrou ontem com uma ação popular no Supremo Tribunal Federal (STF), suspendendo toda a negociação do pagamento da dívida externa, tanto do principal como dos juros. A ação é mais um obstáculo na pretensão do presidente Fernando Collor de viajar para Washington, na semana que vem, com a negociação da dívida aprovada pelo Senado. Na quarta-feira, o senador Rui Bacelar havia feito um pedido de vistas do relatório, atrasando a apreciação do documento pela comissão que examina o assunto.

"Também entramos com um pedido de liminar para suspender a votação no Senado", revelou o líder do PDT, Vivaldo Barbosa (RJ), que encabeçou a ação popular assinada também por representantes de outros partidos da esquerda, como o PT, o PSB e o PSDB. A negociação envolve

o pagamento dos juros atrasados de junho de 1989 a dezembro de 1990, o que totaliza cerca de US\$ 8 bilhões, US\$ 2 bilhões dos quais a serem pagos até o final deste ano. Vivaldo argumenta que é preciso descontar as comissões pagas, "para não comprometer o sangue do brasileiro com dinheiro que não entrou no país". Alega, também, que a cobrança de juros em torno de 20% foi ilegal, porque os juros contratados giravam em torno de 7%, e aponta a ilegalidade dos contratos, que submeteram o governo brasileiro à legislação e ao fórum de Nova Iorque.

"Este será um bom instrumento para o governo posicionar os credores internacionais, mostrando que há dificuldades internas", argumenta o líder do PDT. Na mesma linha, o senador Rui Bacelar garante que não foi radical ao pedir vistas e atrasar a votação, embora o petista Eduardo Suplicy (SP) tivesse comportamento

bem mais moderado que o seu na comissão. Não foi nada de pessoal contra o presidente. Estou convencido de que é muito mais patriótico o Senado não autorizar o acordo. Só assim forcemos uma negociação mais favorável", disse.

Mas não é essa a explicação que predomina na bancada baiana. Um dos companheiros de Bacelar no Congresso lembra que seu irmão, o deputado João Carlos Bacelar (PMDB-BA), foi a um jantar na casa do governador Antônio Carlos Magalhães, na sexta-feira passada, e que essa aproximação o teria irritado profundamente. Neste caso, o pedido de vistas teria sido uma demonstração de que ele se mantém em oposição ao governo federal e estadual, independente das posições assumidas pelo irmão. "Minha atitude não tem qualquer relação com o João, que é maior de idade e vacinado", esquivava-se o senador.